23 124125 SE521 2304



DIA 6 10 4 12 5 HORA: 9 4 6

REQUERIMENTO Nº

_/2025

AUTOR: Renato Leitão dos Santos

DESTINATÁRIOS: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Secretária Municipal de Administração de Buritis/RO.

ASSUNTO: Solicitação de informações detalhadas acerca de atos administrativos da gestão.

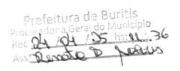
O Vereador que este subscreve, no exercício regular de seu mandato e no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo art. 128 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Buritis/RO, vem, com o devido respeito e após deliberação favorável do Plenário, apresentar o presente REQUERIMENTO, para que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Buritis/RO e à respectiva Secretaria Municipal competente, com o objetivo de que, no prazo legal, sejam prestadas as informações abaixo discriminadas, com fundamento nos princípios da publicidade, eficiência, moralidade e legalidade administrativa, consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal.

O presente requerimento tem por finalidade **aprimorar a função fiscalizatória do Poder Legislativo**, permitindo a análise crítica e técnica dos atos praticados pela gestão municipal imediatamente anterior, especialmente no que se refere aos impactos financeiros, administrativos e jurídicos eventualmente herdados pela atual administração dos <u>últimos 04 (quatro)</u> <u>anos.</u> A solicitação abrange os seguintes pontos:

1. Obras Públicas Não Executadas com Recursos de Financiamentos Públicos

- Informar, com base em dados atualizados, o percentual de recursos financeiros provenientes de convênios, contratos de repasse, termos de financiamento ou qualquer outro instrumento de cooperação firmado com entes estaduais, federais ou instituições financeiras públicas, cuja aplicação estava vinculada a obras públicas que não foram iniciadas, paralisadas ou não concluídas:
 - Listar nominalmente todas as obras afetadas, detalhando:
 - Nome e objeto do projeto;
 - Valor total previsto e valor efetivamente repassado;
 - Percentual de execução física e financeira;
 - Razões técnicas, jurídicas ou administrativas para a não execução.





2. Reajustes de Preços e Aditivos Contratuais

- Informar se a paralisação ou não execução das obras mencionadas no item anterior implicou na necessidade de:
 - Reajuste de preços contratuais;
 - Reequilíbrio econômico-financeiro;
 - Celebração de aditivos ou termos de prorrogação;
 - Anexar cópias dos documentos comprobatórios, incluindo:
 - Contratos e aditivos;
 - Pareceres técnicos e jurídicos que embasaram as alterações;
 - Relatórios de medição e justificativas formais.

3. Renúncia de Receita: IPTU Não Cobrado e Créditos Prescritos

- Informar os valores estimados de IPTU lançados e não efetivamente cobrados durante os exercícios fiscais da gestão anterior, com a devida segmentação anual;
- Precisar os valores de créditos tributários prescritos ou atingidos pela decadência no mesmo período, com indicação de eventual omissão ou inércia administrativa que possa ter concorrido para a perda da exigibilidade dos créditos;
- Apresentar estimativa do impacto financeiro dessas renúncias sobre a arrecadação municipal e as medidas de cobrança ou recuperação eventualmente adotadas.

4. Sentenças Judiciais Desfavoráveis ao Município

- Informar o número total de decisões judiciais desfavoráveis ao
 Município transitadas em julgado no período correspondente à gestão anterior:
 - Discriminar, com precisão, quantas delas decorreram de:
 - Perda de prazos processuais;
- Ausência de contestação ou recursos por parte da Procuradoria Jurídica Municipal;
 - Detalhar:
 - Valores das condenações;
 - Fases processuais em que ocorreram os prejuízos;
- Se houve a devida responsabilização administrativa de agentes públicos envolvidos, com instauração de sindicâncias, processos administrativos ou auditorias internas.

5. Férias Acumuladas dos Servidores Efetivos

- Apresentar levantamento atualizado com o montante total de férias vencidas e acumuladas dos servidores públicos efetivos da Administração Direta e Indireta do Município, incluindo:
 - Quantitativo de servidores atingidos;



- Custo estimado para a quitação imediata;
- Cronograma ou planejamento existente para regularização da situação.

6. Verbas Rescisórias Não Pagas a Servidores Comissionados

- Indicar o valor total das verbas rescisórias que deixaram de ser pagas, ao final da gestão anterior, a servidores ocupantes de cargos em comissão;
 - Relacionar:
 - Nomes dos servidores afetados;
 - Funções exercidas e períodos de vínculo;
 - Valores devidos:
 - Justificativas formais apresentadas para o não pagamento.

O presente requerimento encontra amparo no art. 128 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Buritis/RO, que prevê expressamente o direito de o vereador formular requerimentos de informações ao Poder Executivo, os quais deverão ser respondidos dentro do prazo legal, sob pena de responsabilização político-administrativa da autoridade omissa.

A solicitação também se ancora no art. 31 da Constituição Federal, que estabelece a competência da Câmara Municipal para exercer o controle externo da Administração Pública Municipal, e no art. 5°, inciso XXXIII, da mesma Carta Magna, que assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, regulamentado pela Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Diante do exposto, requer-se que as informações sejam apresentadas de forma clara, precisa e documentalmente instruída, com a juntada de relatórios, pareceres, demonstrativos contábeis, cópias contratuais, decisões judiciais e quaisquer outros elementos técnicos e administrativos necessários à análise legislativa.

Câmara Municipal de Buritis - RO, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.



Renato Leitão dos Santos Vereador da CMB

> Prefeitura de Buritis Procuredor a Geral do Municipio nec 24/01/35 hs: 11:36 Ass Jundo D Januar